

A CRIANÇA PESQUISADA: UMA ANÁLISE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS EM PSICOLOGIA¹

The researched child: an analysis of scientific articles in Psychology

El niño investigado: un análisis de artículos científicos en Psicología

Mariana Mannes

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo

O objetivo da presente pesquisa foi compreender o lugar que as crianças ocupam nas pesquisas científicas em Psicologia. A revisão sistemática da literatura científica em base de dados foi o método adotado para atingir esse objetivo. Periódicos indexados na base de dados *Scientific Library Online* (ScieLO) e classificados com conceito A1 ou A2 em Psicologia pela avaliação da Capes foram selecionados para realização da busca. Dentre os 644 artigos analisados, 347 (51,1%) utilizam métodos de pesquisa nos quais a criança é o sujeito que fornece as informações pretendidas. Contudo, em 42,31% desses artigos o único instrumento de coleta de dados são testes. A criança pesquisada em 67,45% dos artigos está em relação com alguma instituição, fenômeno ou condição: crianças em relação com a escola e supostos transtornos (25,05% do total), crianças e relações saúde-doença (10,65%) e crianças e deficiências (6,50%). Considera-se que, apesar de os psicólogos conferirem lugar às crianças nas pesquisas, o fazem predominantemente por meio de testes, o que também pode ser uma forma de silenciá-las.

Palavras-chave: psicologia; criança; infância; revisão de literatura; testes.

Abstract

The aim of this research was to understand the place children occupy in scientific research in the area of psychology. The method adopted to achieve this goal was a systematic review of scientific literature retrieved from scientific databases. The journals indexed in *Scientific Library Online* (ScieLO) and classified by CAPES with A1 or A2 concepts in the area of psychology were selected. Among the 644 articles analysed, 347 (51.1%) use research methods in which children provides the information directly. However, in 42.31% of these articles the only instrument used in data collection were psychological tests. In 67.45% of articles, children are in relation with institutions, phenomenon or conditions: children in connection with school and alleged disorders (25.05% of total), children and health-disease relationships (10.65%) and children and disabilities (6.5%). It is considered that, although psychologists take information directly from children, they predominantly do it by testing them, which can also be a way to silence them.

Keywords: psychology; child; childhood; literature review; testing.

Resumen

El objetivo de esta investigación fue entender el lugar que ocupan los niños y niñas en la investigación científica en psicología. Una revisión sistemática de la literatura científica en base de datos fue el método adoptado para lograr este objetivo. Las revistas indexadas en la base de datos *Scientific Library Online* (ScieLO) y clasificadas en la evaluación CAPES con concepto A1 o A2 en psicología fueron seleccionadas para realizar la búsqueda. Entre los 644 artículos analizados, 347 (51,1%) utilizaron métodos de investigación en los cuales los niños proporcionaban la información directamente. Sin embargo, en 42,31% de estos artículos el único instrumento de recolección de datos fueran tests psicológicos. En 67,45% de los artículos los niños con los cuales se habla están en relación con cualquier institución, fenómeno o condición: los niños en relación con las escuelas y presuntos trastornos (25,05% del total), los niños y las relaciones de salud-enfermedad (10,65%) y niños con discapacidad (6,5%). Se considera que, aunque los psicólogos dan lugar a las voces de los niños en las investigaciones, estas son predominantemente hechas a través de tests, que también puede ser una manera de silenciar a esas voces.

Palabras clave: psicología; niñez; niño; revisión de literatura; pruebas.

1 Trabalho elaborado com base na dissertação de Mestrado (Mannes, 2015).

Desde a publicação do clássico *História social da criança e da família* (Ariès, 1960/2012), a noção de infância como fenômeno natural foi colocada definitivamente em xeque. Talvez uma das principais contribuições desse autor foi ter promovido a criança de adulto em miniatura a ser histórico: a criança entrou em cena e tornou-se objeto de estudos de historiadores e pesquisadores do mundo inteiro.

Em terras tupiniquins, o livro *História das crianças no Brasil*, organizado por Del Priore (2013), é uma importante referência em relação aos diferentes espaços de vivência da infância no Brasil, desde os primeiros trânsitos de embarcações luso-brasileiras até a contemporaneidade. Remontando alguns exemplos, tem-se o relato das crianças portuguesas, pobres e excluídas, que tiveram de sobreviver à fome, às doenças que assolavam os tripulantes das naus portuguesas, além de suportar, durante o sofrido trajeto até o Brasil, todo tipo de violência e exploração, principalmente sexual (Ramos, 2013). Por aqui, as crianças indígenas sofreram o extermínio de suas vidas pelos invasores e de sua cultura pelos padres jesuítas, empenhados em livrar aquelas pequenas almas da promiscuidade por meio da educação católica (Chambouleyron, 2013). Já os pequenos escravos das comunidades rurais do Rio de Janeiro sofreram paulatino adestramento para as atividades domésticas, o pastoreio e o trabalho na lavoura. Esse certamente era o destino de uma pequena parcela das crianças, pois a maioria perecia diante da batalha contra os altíssimos índices de mortalidade infantil, que, nesse momento histórico, chegavam a 80% (Góes & Floretino, 2013). Por fim, o Brasil imperial reservaria ainda espaço para a prática de recrutamento de meninos para campos de batalha, ficando conhecidos como os “buchas de canhão” (Venancio, 2013)².

Os acontecimentos narrados acima não foram selecionados de modo imparcial: as crianças citadas eram indígenas, negras, pobres. Essas crianças trazem hoje as marcas dessas atrocidades. Esses acontecimentos

não estão no passado, afinal, quantas são as repetições na forma de se relacionar e conceber a criança nos dias de hoje? Quantas crianças nos entornos do Brasil ainda morrem diariamente por não terem acesso às condições de saúde mínimas? O que é possível oferecer àquelas que, desde muito cedo, se veem imersas no mundo do trabalho seja doméstico, nas plantações, nos semáforos? Não seriam elas as “buchas de canhão” contemporâneas? Não estariam elas na linha de frente à mercê da degradação de toda a espécie do sistema social?

É importante destacar que a noção de criança tal qual concebida atualmente teve início nos primórdios da sociedade capitalista, e desse novo modelo surge a necessidade de cuidar, proteger e educá-la em moldes formais a fim de que se torne um adulto cuja produtividade máxima seja revertida para o trabalho. Nesse sentido, a afirmação de Sarmento (2002, p. 16) é contundente: “são as crianças as principais vítimas da voracidade capitalista, notadamente no que diz respeito aos resultados da globalização social, da crise educacional e das mutações do mundo do trabalho”.

Esses fatores, sociais, econômicos, culturais, têm sustentado ao longo do tempo diferentes formas de conceber a infância e diferentes formas de se relacionar com elas. Cada vez mais aceita, encontra-se difundida a importância de se perceber as crianças como testemunhas, como sujeitos que enriquecem o entendimento de fenômenos sociais (Martins, 1993). No bojo dessa perspectiva de “dar voz às crianças”, tem crescido exponencialmente a produção acadêmica que se propõe a ouvi-las. Prado (2014) faz um apanhado dessa produção tendo como objetivo investigar como a participação de crianças nas pesquisas das áreas de antropologia, educação, psicologia e sociologia vem sendo incorporada ao contexto brasileiro. Após analisar artigos publicados entre os anos de 2000 e 2012, uma de suas conclusões é a de que “a escuta de crianças na produção acadêmica brasileira das áreas humanas e sociais é ainda restrita aos âmbitos da psicologia e, em menor grau, da Educação” (p. 190).

A relação entre a ciência psicológica e as crianças não é recente. Ela remonta os primórdios da autonomização da profissão nos idos da década de 1960: “o cuidado infantil foi o caminho pelo qual a psicologia pode adquirir um reconhecimento de utilidade social, no contexto das disciplinas científicas” (Degani-Carneiro

2 O *Histórico da Proteção à Infância no Brasil* de Moncorvo Filho (1926) é considerado um importante e pioneiro registro, com forte viés higienista, sobre a assistência à criança pobre no país. Contudo é a partir da década de 1990, influenciados pelo momento histórico de restituição dos vínculos democráticos do país e da possibilidade de resgatar a história como instrumento de crítica, que pesquisadores brasileiros da área da infância empenharam-se em mostrar o cotidiano de crianças no Brasil em diferentes momentos históricos. Nesse sentido destacamos os trabalhos de Moura (1982), Marcílio (1993, 2000), Abreu e Martínez (1997), Venancio (1999), Freitas e Kuhlmann Jr (2002), Freitas (2009), Rizzini (2011), Rizzini e Pilotti (2011).

e Jacó-Vilela, 2012, p. 167)³. Além disso, a psicologia tem firmado verdades a respeito das crianças – e as formas de se vivenciar a infância – principalmente por meio da psicologia do desenvolvimento, disciplina essa que vem conferindo margem para concepções naturalizantes sobre a criança. Valendo-se de etapas cronológicas e fixas, vem sendo alvo de críticas, pois, mais do que observar/descrever cientificamente o desenvolvimento humano, a psicologia do desenvolvimento “formula os ideais para o desenvolvimento, providencia os meios para realizá-los e, mais do que tudo isso, acaba por desenvolver as crianças, os adolescentes e nós mesmos – os adultos –, com base em determinados enquadramentos” (Broughton, 1987, apud Souza, 2003, p. 41).

Reconhecendo a importância da ciência psicológica no que se refere ao debate sobre crianças/infâncias, principalmente levando em consideração o caráter normativo de suas teorias do desenvolvimento infantil, questiona-se: será que a produção acadêmica na área da psicologia tem acompanhado os atuais debates acerca da infância? Essa ciência estaria rompendo ou trabalhando a favor da manutenção do lugar das crianças como aqueles que não falam? Partindo desse panorama e tendo como suporte essas questões o objetivo do presente artigo consiste em compreender o lugar que as crianças ocupam nas pesquisas científicas em psicologia.

MÉTODO

A fim de atingir o objetivo proposto, realizou-se uma revisão de literatura especificamente em base de dados considerando que elas permitem acesso a materiais produzidos em diferentes espaços e tempos, o que facilita a organização de informações antes dispersas geograficamente e cronologicamente (Gil, 2008). Com seus critérios de inclusão e exclusão, as bases de dados funcionam como ferramentas de circulação daquilo que é considerado ciência, o que pode lançar luz sobre a forma como determinada disciplina, como a psicologia, tem abordado cientificamente determinadas temáticas, tais quais as publicações relacionadas à área da infância.

Considerando o estabelecimento de critérios de seleção, primeiramente, buscou-se junto ao Portal Capes a especificação dos periódicos indexados em psicologia que tivessem o conceito A1 e A2, visando, dessa forma, restringir o *corpus* do levantamento e, ao mesmo tempo, selecionar periódicos qualificados por sua suposta excelência. Na primeira triagem foram encontrados 23 periódicos – 3 deles classificados como A1 e 20 com o conceito A2⁴. Além disso, foi elencado, nesse momento, um critério de indexação, de forma que os periódicos estivessem indexados em uma base de dados comum de ampla publicação brasileira. Optou-se, após análise de três bases de dados (Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, Periódicos CAPES e *Scientific Library Online* – ScieLo), fixar a busca nessa última por ser uma biblioteca com o objetivo de armazenar, disseminar e avaliar a produção científica brasileira em formato eletrônico, o que vem ao encontro com as pretensões desta pesquisa. A escolha por essa base de dados eliminou quatro periódicos classificados como A2. Dentre os 19 periódicos restantes, o ano 2000 foi o primeiro ano de existência comum de todos os periódicos nessa base *online* e, por essa razão, foi selecionado como delimitador temporal.

Procurou-se, então, nesse material, os seguintes descritores, que deveriam estar presentes impreterivelmente no título do artigo: “criança”, “crianças”, “infância”, “infâncias”, “infantil” e “infantis”⁵. Essa busca resultou em 1323 artigos (criança = 149 artigos; crianças = 709; infância = 137; infâncias = 1; infantil = 249; infantis = 21. Encontramos ainda 57 artigos que contemplavam dois ou mais termos de busca). A partir de então, iniciou-se a aplicação dos critérios de exclusão: 59 artigos foram excluídos por não caracterizarem pesquisa científica (eram resenhas, informes técnicos, cartas, debate, opinião, comentário, crítica literária, notas, editoriais); 172 artigos redigidos em língua estrangeira, o que restringiria sua circulação no Brasil; 32 artigos que, mesmo redigidos em língua portuguesa, tiveram sua coleta de dados realizada em outros países (interessa para os fins dessa pesquisa trabalhos que contemplem a realidade brasileira) e, por fim, 416 artigos foram descartados por não terem,

3 Recomenda-se também a leitura do artigo “Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi” (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005), no qual as autoras abordam os meandros de como a Psicologia foi se fazendo presente nas políticas públicas voltadas à infância, “contribuindo” com o estabelecimento de padrões de normalidade e anormalidade e delimitando etapas evolutivas às crianças.

4 Esses dados referem-se ao período entre 2013-2015. Cabe lembrar que os periódicos são (re)avaliados a cada três anos pela Capes.

5 Os termos foram pesquisados também no plural, pois se identificou que esses direcionavam para produções distintas daquelas encontradas quando considerado apenas os termos no singular.

entre seus autores, pelo menos um psicólogo⁶ (todos os periódicos utilizados nessa revisão são indexados em mais de uma área do conhecimento, e esse critério foi necessário a fim de garantir a participação de pelo menos um psicólogo/a na autoria da pesquisa). No saldo final, totaliza-se 679 artigos descartados e 644 artigos válidos. Esses últimos compõem, então, o *corpus* que será analisado adiante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos após a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão podem ser visualizados por meio da Tabela 1, na qual se especifica o nome das revistas utilizadas, o conceito Capes atribuído a esses periódicos e a respectiva quantidade de artigos excluídos, válidos e totais.

Vale mencionar que, mesmo ao restringir essa revisão para os periódicos com conceito A1 e A2, é possível observar que certa diversidade (de enfoques) permanece contemplada. Identificaram-se revistas com ênfase na área da saúde (*Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, *Cadernos de Saúde Pública*, *Ciência & Saúde Coletiva*, *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, *Revista Brasileira de Psiquiatria*, *Revista de Saúde Pública* e *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*); um periódico na área da Educação (*Educação e Sociedade*); e psicologia (*Ágora*, *Estudos em psicologia-Campinas*, *Estudos de psicologia-Natal*, *Paidéia*, *Psico-USF*, *psicologia e Sociedade*, *psicologia em Estudo*, *psicologia: Ciência e Profissão*, *psicologia Reflexão e Crítica*, *psicologia: Teoria e Pesquisa* e *psicologia USP*).

As análises realizadas a partir desse material, além de apresentar um panorama geral das publicações selecionadas, visam responder três questionamentos, desdobramento do objetivo geral proposto: 1) Quem são os sujeitos das pesquisas em psicologia que trazem em seu título menções à criança/infância? 2) Quais os métodos utilizados na condução dessas investigações? 3) Naquelas em que as crianças são os sujeitos, qual a condição pela qual ela foi convidada a participar da pesquisa?

O primeiro ponto analisado nos artigos selecionados foi a caracterização do sujeito da pesquisa.

6 Neste critério foram considerados autores com graduação ou pós-graduação em Psicologia. Na ausência dos dados referentes à titulação dos autores no corpo do artigo realizou-se uma consulta por meio do Currículo Lattes, disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>.

Procedeu-se, então, com a leitura de cada resumo e, nos casos em que essa informação não estava contemplada, acontecia a leitura da sessão “Método” da pesquisa em questão. A fim de elucidar o modo como os artigos foram tabulados nesta etapa, selecionaram-se, aleatoriamente, alguns exemplos como a pesquisa de Cruvinel e Boruchovitch (2008) que tinha como objetivo identificar o número de crianças com sintomas depressivos dentre duas amostras de estudantes da cidade de Campinas-SP, considerando que os autores o fizeram por meio da aplicação de um teste, o Inventário de Depressão Infantil; já a pesquisa de Ramos e Salomão (2012), que tinha por objetivo analisar a interação educadora-criança em creches públicas, considerando os estilos linguísticos das educadoras e a comunicação infantil, utilizou-se como método de pesquisa a observação de situações de leitura. Ambos os exemplos pressupõem algum momento de interação entre pesquisador(es) e criança(s): em maior ou menor grau essas pesquisas tinham na criança a fonte primária da informação.

Dentre os exemplos de pesquisas que foram descartadas por não se enquadrarem no critério supracitado destaca-se a pesquisa de Alberto e Santos (2011) que se propõe a analisar as implicações da inserção precoce da criança no mundo do trabalho à luz das proposições vigotskianas— apesar de abordar a temática criança/infância, o faz por meio de estudo teórico; por fim, o trabalho de Faleiros e Bazon (2008), cujo objetivo era mensurar a prevalência de maus-tratos em crianças matriculadas entre a 1ª e a 4ª série de escolas públicas e particulares da cidade de Ribeirão Preto-SP valeu-se da aplicação de um instrumento com os professores dessas crianças a fim de identificar o número e as características de casos suspeitos de maus-tratos presentes nas salas de aula. Nesse último exemplo, mesmo que a pesquisa versasse sobre a criança, o sujeito da pesquisa eram seus professores. Seguindo esses critérios tais estudos foram descartados. Após a tabulação do material, conclui-se que 347 dos artigos (51,1%) utilizavam metodologias em que a informação pretendida advém das crianças.

Considerando o alerta de Kramer (2001) sobre a etimologia da palavra infância (derivado do *infans* = aquele que não fala) que traz a ideia de suposta incapacidade e, conseqüentemente, deve estar silenciado, soa bastante significativo que, em pouco mais da metade das pesquisas em psicologia consultadas, a criança seja o sujeito da pesquisa. Estariam esses dados

Tabela 1

Periódicos indexados em psicologia, conceito Capes e especificação dos artigos válidos, excluídos e totais correspondentes

Periódico (avaliação Capes)	Artigos válidos	Artigos excluídos	Total
<i>Paidéia</i> (A1)	59	11	70
<i>psicologia: Reflexão e Crítica</i> (A1)	127	32	159
<i>psicologia: Teoria e Pesquisa</i> (A1)	70	8	78
<i>Ágora</i> (A2)	1	1	2
<i>Brazilian Journal of Medical and Biological Research</i> (A2)	0	0	0
<i>Cadernos de Saúde Pública</i> (A2)	9	234	243
<i>Ciência & Saúde Coletiva</i> (A2)	29	111	140
<i>Educação e Sociedade</i> (A2)	5	37	42
<i>Estudos de psicologia – Campinas</i> (A2)	65	9	74
<i>Estudos de psicologia– Natal</i> (A2)	61	5	66
<i>Jornal Brasileiro de Psiquiatria</i> (A2)	2	9	11
<i>Psico-USF</i> (A2)	34	11	45
<i>psicologia: Ciência e Profissão</i> (A2)	39	1	40
<i>psicologia e Sociedade</i> (A2)	33	4	37
<i>psicologia em Estudo</i> (A2)	77	14	91
<i>psicologia USP</i> (A2)	23	5	28
<i>Revista Brasileira de Psiquiatria</i> (A2)	4	63	67
<i>Revista de Saúde Pública</i> (A2)	4	118	122
<i>Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental</i> (A2)	2	6	8
Total	644	679	1323

indicando alguma tendência dessa ciência a partir do conhecimento da criança? Quais seriam o(s) método(s) utilizado(s) nessas pesquisas? Suas vozes são realmente ouvidas? Para responder tais questões, foi realizada a tabulação dos métodos e técnicas utilizadas nos artigos. Essas informações, bem como o número de artigos que as utilizam e suas respectivas porcentagens, estão sistematizadas na Tabela 2.

A quantidade de pesquisas cuja única fonte de informação é o teste corresponde a 42,31% do total de artigos nos quais a criança é a principal fonte/sujeito. Em seguida, mas distante quantitativamente do primeiro lugar, aparecem os métodos de observação (14,40%), entrevistas (9,22%), o uso de experimentos (8,36%). Cabe demarcar que na categoria *Multimétodos* estão contemplados todos aqueles artigos que utilizam dois ou mais instrumentos para a coleta de dados. Ainda aqui, a utilização de testes é protagonista: dos 34 artigos caracterizados como multimétodos, 18 utilizam testes em associação com questionários ou roteiros de entrevistas, geralmente a esses cabendo apenas a coleta de informações básicas, como o nível socioeconômico familiar da criança em questão.

No *corpus* analisado, os psicólogos-pesquisadores fizeram uso de variados tipos de testes, instrumentos esses que avaliam os mais variados fenômenos desde sintomas de supostos transtornos até a criatividade das crianças. Existem aqueles que são reconhecidos pelo Conselho Federal de psicologia (CFP) e de uso exclusivo do psicólogo, outros que não são específicos dessa profissão podendo ser utilizados por outros profissionais/estudantes e, em menor quantidade, testes elaborados pelos próprios autores dos artigos. Para ilustrar essa diversidade selecionou-se um periódico (*psicologia: Reflexão e Crítica*) e as menções a testes nessa revista: Matrizes Progressivas Coloridas de Raven; Teste de Desempenho Escolar; Questionário para Caracterização do Desempenho e do Comportamento da Criança no Ambiente Escolar, Columbia; WISC-III, Inventário de Habilidades, Crenças e Sentimentos; Teste Peabody de Aptidão Individual; Escala Weschler de Inteligência Infantil, Teste de Nomeação Automatizada Rápida; Teste de Alternância Rápida de Estímulo; Desenho da Figura Humana; Escala Comportamental Infantil; Teste gues-táltico viso-motor de Bender; Escala de Percepção do Autoconceito Infantil; Inventário de Comportamentos

Tabela 2
Metodologias utilizadas, número de artigos e porcentagem correspondente

Metodologia	Nº de artigos	%
Teste	146	42,07
Observação	50	14,40
Entrevista	32	9,22
Experimento	29	8,36
Registro sessão terapêutica	21	6,05
Questionário	8	2,30
Observação participante	7	2,02
Desenhos	5	1,45
Redação	4	1,15
Resolução de problemas	4	1,15
Ditado	2	0,60
Oficina	2	0,60
Contação de história	1	0,30
Dramatização de história	1	0,30
Grupo focal	1	0,30
Multimétodos	34	9,73
Total	347	100

da Infância e Adolescência; Children's Attributions and Perceptions Scale; Inventário de Depressão Infantil; Escala de Estresse Infantil; Inventário de Ansiedade Traço-Estado para crianças; Life Orientation Test; Escala de Desenvolvimento Mental de Griffiths; Attachment Q-Sort; Test of Emotion Comprehension; Teste de Inteligência Emocional para Crianças; Avaliação Sociométrica de Coie e Dodge; Revised Class Play; Escala de Satisfação das Necessidades Psicológicas Básicas na Relação; Escala de Competência Percebida na Aprendizagem; Escala de Escolha Percebida na Aprendizagem; Escala de Esperança para Crianças e Kidscreen. Se parece cansativo ao leitor a visualização desse pequeno apanhado referente a apenas um periódico, grifa-se que as crianças que são "sujeitos" dessas pesquisas, tendem a passar, geralmente, por uma bateria desses testes.

E que informações sobre as crianças essas pesquisas fornecem? Destacam-se alguns exemplos selecionados a partir da leitura dos resumos. Na pesquisa de Possobon Moraes e Ambrozano (2004), os autores se propuseram a avaliar os efeitos do diazepam⁷ sobre

o comportamento de crianças com histórico de não colaboração ao tratamento odontológico. Eles descobrem que "odiazepam, utilizado na dose de 0,3mg/kg, administrado uma hora antes do início das sessões, mostrou-se ineficaz para um efetivo controle de comportamentos de não-colaboração com o tratamento" (p. 34). Mesmo assim os autores defendem o emprego do ansiolítico como forma de tranquilizar a criança para que fique mais receptiva às estratégias de manejo comportamental empregadas, possibilitando a realização plena do tratamento no menor tempo possível.

Dentre o material analisado foi encontrada também uma pesquisa cujo objetivo foi analisar a situação cognitiva de crianças moradoras da zona rural. Na condução do trabalho, as autoras utilizaram o teste Matrizes Progressivas de Raven e alguns subtestes do Teste Wechsler Intelligence Scale for Children e, ao compararem os resultados obtidos com crianças moradoras de área rural e da área urbana com idades e escolaridades equivalentes, descobriram "uma diferença de 30 pontos de quociente intelectual no teste Raven e uma diferença média de 16,18 pontos de quociente intelectual nos subtestes aritmética e dígitos" (Flores-Mendoza & Nascimento, 2007, p.13). Elas também atingiram a proeza de tentar quantificar, "pela primeira vez na literatura nacional, a fenda cognitiva existente entre crianças de zona rural e de zona urbana"

7 Diazepam é um medicamento que, segundo sua bula, tem propriedades ansiolíticas, sedativas, miorelaxantes, anticonvulsivantes e efeitos amnésicos. É utilizado, dentre outras situações, para aliviar a tensão, ansiedade ou estresse agudo e para diminuir a lembrança de tais procedimentos.

(p. 21). Acreditam que o grau de estimulação cognitiva e de cuidado nutricional dessas crianças possam ajudar a compreender a tal “fenda”, pois na região onde os dados foram coletados, interior de Minas Gerais, 80% da população sofre com uma doença chamada popularmente de amarelão⁸.

Em outro trabalho, Assis et al. (2009) procuraram analisar a associação de determinantes sociodemográficos com o desenvolvimento de problemas de comportamento e de competência social em crianças de uma cidade do Rio de Janeiro. As crianças foram selecionadas em escolas públicas e responderam ao Wechsler Intelligence Scale for Children (WISC III) e à escala Child Behavior Checklist (CBCL) enquanto seus pais/responsáveis preencheram um questionário que sondava a respeito do perfil socioeconômico da família, presença de problemas de comportamento e competência social da criança. Foram considerados ainda alguns fatores como sexo, idade, cor da pele da criança e estrutura familiar. Após as tabulações os autores descobriram que “crianças abaixo da linha de pobreza, de cor da pele negra, com pais com baixa escolaridade e vivendo em famílias monoparentais ou compostas por madrasta/padrasto apresentaram mais precária competência social e mais problemas de comportamento” (p. 94).

Certamente esses exemplos não foram selecionados ao acaso: além de ilustrar os 42,07% das pesquisas em psicologia voltadas à produção de conhecimento sobre crianças/infâncias, eles denunciam também a própria psicologia enquanto ciência e profissão. No primeiro caso, seria aceitável que a psicologia ofereça suporte técnico-científico para uma pesquisa na qual uma criança ingere uma medicação sedativa para a realização plena do tratamento no menor tempo possível? O tempo de quem está sendo levado em consideração aqui? No segundo exemplo, enquanto seus instrumentos validados cientificamente afirmam supostas fendas cognitivas entre grupos de crianças (sem o cuidado de delimitar as discrepâncias históricas, sociais, culturais entre elas), a população do campo padece de amarelão, uma doença facilmente evitável: ao lado de que/quem a psicologia se posiciona ao negligenciar as desigualdades entre campo e cidade e atestar, mesmo que implicitamente, a superioridade de uns em detrimento de outros

seres humanos? No último exemplo de pesquisa, com alguns recortes de dados de vida a respeito da criança, os autores associaram problemas de comportamento a condições materiais: mas o suposto problema de comportamento não poderia ser entendido como um movimento de saúde, uma forma de resistência perante a perversidade de sua existência? Infelizmente essas pesquisas não fornecem respostas ou elementos críticos para responder tais questões.

É necessário destacar que a prática da aplicação de testes psicológicos, fruto de um olhar cartesiano e positivista sobre o ser humano, tem raízes históricas, como afirmado anteriormente, que remetem à própria possibilidade de consolidação da psicologia como ciência. Práticas de testagem de crianças foram impulsionadas pelo movimento higienista e escolanovista que proporcionou a autonomização da profissão na década de 1960. Contudo, nesse momento, esses profissionais pareciam muito mais preocupados em não sujar o Brasil com débeis mentais e delinquentes do que com a infância em si. E atualmente? Tendo como balizador a produção científica na área parece razoável defender que a psicologia vem construindo uma dívida histórica com as crianças. E o acerto de contas parece distante.

Ao longo da revisão foram encontradas também pesquisas diferenciadas, seja por abordarem populações usualmente negligenciadas pelos psicólogos-pesquisadores, seja pela reflexão crítica de determinada realidade, seja pelo uso de estratégias metodológicas que rompam com a lógica avaliativa com a qual a psicologia vem desenvolvendo suas pesquisas. Nesse sentido, cita-se o artigo de Teixeira e Alves (2008), cujo objetivo foi descrever o contexto das brincadeiras de crianças ribeirinhas da ilha do Combu, localizada em Belém, Pará. Dispostas a conhecerem uma realidade pouco conhecida e permeada por estigmas, as autoras adentraram as casas das crianças, conheceram suas famílias e observaram suas brincadeiras. “*Esse açai parece que não está bom, acho que ninguém vai querer comprar... tá muito duro*”, refere uma das crianças durante o brincar. Em suas conclusões, as autoras ressaltam que “é interessante notar que a preocupação em cuidar da saúde das crianças e as dificuldades de vender o açai, que são problemas frequentes e relevantes para os adultos, sejam reproduzidos e (re)elaborados em suas brincadeiras de faz de conta” (p. 380).

O artigo de Sawaya (2001), cujo objetivo era investigar a tese de que crianças moradoras da periferia seriam portadoras de deficiência de linguagem,

8 Ancilostomíase, ou “amarelão”, é uma infecção de humanos e animais causados por vermes. As características incluem anemia, dispepsia (indigestão), inchaço abdominal, dentre outros. Disponível em: <<http://decs.bvs.br/>>.

também merece destaque. Foram dois anos de imersão no campo, na periferia de São Paulo, acompanhando um grupo de crianças com idades entre 3 e 9 anos. Conduzida pelas mãos das crianças e convidada a conhecer seu bairro, suas casas e suas vidas, a autora destaca o papel da criança na dinâmica da vida em comunidade: a elas é reservado um lugar diferenciado, que geralmente é negligenciado nas pesquisas que atestam sua suposta carência cultural. Pobres de linguagem? De forma alguma, eles criam narrativas complexas de realidades complexas: “*Sabe a polícia... mataram um homem aí ontem {...} Rasgaram a blusa do homem, aí, aí, aí, ela estava cheia de sangue a blusa do cara, aí pegaram ele e jogaram aí nesse rio*”, testemunha um menino de seis anos. A partir da vivência com as crianças a autora tece uma importante reflexão:

Ao tomarmos a linguagem como uma forma de relação dos indivíduos com o mundo, podemos perceber o imenso trabalho empreendido pelas crianças pobres de se fazer ouvir, de ter voz, de fundar um lugar próprio através da palavra, de conquistar o ouvinte como interlocutor e atribuir um sentido ao mundo que a cerca. Não é razoável, portanto, analisar essas falas sem levar em conta a complexidade e as contradições do contexto em que ela se dá: a desqualificação da palavra do oprimido seja pelos seus erros fonéticos, seja pela sua prolixidade, seja pela sua referência constante aos fatos e experiências vividas; as situações de humilhação que desqualificam o pobre como interlocutor, presentes na relação assimétrica e preconceituosa entre pesquisador ou gente de outra classe e as populações pobres; a exclusão das classes pobres, por gerações e gerações, do acesso, via escola, à “norma culta” da língua, aos estilos lingüísticos tomados como padrão, aos modos “competentes” de falar e pensar tidos como “naturais” e como “prova” da capacidade cognitiva superior das outras classes sociais. (s.p.)

Destaca-se ainda o artigo de Schwede e Zanella (2013) que se propuseram a compreender os sentidos atribuídos por crianças às relações que estabelecem com a cidade. Fugindo das metodologias tradicionais comumente utilizadas por psicólogos, como testes e experimentos, as autoras coletaram os dados em quatro momentos: observação, a construção de uma oficina de fotografias com as crianças, entrevistas e as próprias fotografias tiradas por elas. Durante as discussões propiciadas pela utilização desses instrumentos uma menina de dez anos ressalta que: “*A prefeitura tá ficando*

relaxada de deixar esgoto a céu aberto deste jeito. É muito ruim, falta de saneamento... Já pensou? Vai que cai uma criança aí dentro?”. A partir da diversidade na coleta de dados, em especial a fotografia, as autoras concluem que “a leitura das fotografias [...] fomentou a reflexão sobre a cidade e possibilitou compreender sua condição polifônica” (p. 404).

Esses três exemplos foram utilizados por apresentarem posicionamentos epistemológicos críticos da realidade, procedimentos metodológicos que propiciassem a escuta genuína da criança ou a escolha de grupos de crianças das quais pouco se fala nos artigos científicos. Contudo, conforme se demonstrou com a presente pesquisa, elas são raras quando comparadas àquelas que reproduzem acriticamente visões naturalizantes da infância como pressuposto do uso exclusivo de testes na coleta de dados. De qualquer forma, compartilha-se da afirmação de Prado (2014, p. 190) ao considerar que

(...) as crianças ainda fazem parte da produção acadêmica na condição de objeto a ser observado e avaliado, mas ao lado dessas pesquisas crescem estudos com outras formas de abordá-las, reconhecendo-as como sujeitos e como atores que participam da reprodução e da transformação da sociedade.

Adiante, o último passo desta revisão foi buscar um panorama geral temático das pesquisas que trazem a criança como sujeito de pesquisa. De início, tentou-se tabular os artigos por temáticas tendo como parâmetro o objetivo do trabalho e suas palavras-chave; contudo, tal procedimento se mostrou infrutífero pela dificuldade de quantificação e o confuso resultado que vinha se desenhando. Optou-se então por um caminho diferente ao lançar a pergunta “quem é a criança pesquisada?” como questão orientadora. Para fins de ilustração, vale destacar um dos 347 artigos que trazem a criança como sujeito, intitulado “Maturidade emocional e avaliação comportamental de crianças filhas de alcoolistas” (Souza, Jeronymo e Carvalho, 2005). Na tabulação por tema, a ênfase recairia no comportamento e emoções da criança, enquanto, ao mudar o foco para quem é criança pesquisada, ou seja, qual a condição pela qual ela foi chamada a participar da pesquisa, outro tipo de dado emerge: ela foi chamada a participar da pesquisa por ser filha de pais alcoolistas. Sob esse parâmetro foram tabuladas as pesquisas e a Tabela 3 sintetiza os dados obtidos referentes às categorias e à quantidade de artigos correspondente.

Tabela 3
 Categorização das condições das crianças e quantidade de artigos correspondente

Categoria	Especificação e número de artigos	Nº total e % correspondente
Crianças	Criança-criança (133)	113 artigos (32,55)
Crianças em relação com a escola e supostos transtornos	Criança-estudante (71); Distúrbio/dificuldade de aprendizagem (9); Queixas escolares (2); Baixo rendimento acadêmico (1); Desempenho escolar pobre (1); Dificuldade de leitura (1); Dificuldade de leitura e escrita (1); Dislexia (1)	87 artigos (25,05%)
Criança e relações saúde-doença	Prematuras (7); Câncer/leucemia linfóide (6); Hospitalizada (5); Obesas (3); Doença crônica (2); AIDS (1); Alopecia areata (1); Anemia falciforme (1); Asma (1); Baixo peso (1); Diabetes (1); Distrofia Muscular de Deuchenne (1); Doença respiratória (1); Fibrose cística (1); Hemofilia (1); Hipotireoidismo congênito (1); Queimada (1); Submetidas a cirurgias (1); Submetidas a transplante hepático (1)	37 artigos (10,65%)
Criança e deficiência	Deficiência auditiva (6); Síndrome de Down (4); Deficiência visual (3); Paralisia cerebral (3); Autismo (2); Deficiência (2); Baixa visão (1); Deficiência mental (1); Necessidades especiais (1)	23 artigos (6,50%)
Crianças e rompimento de vínculos familiares	Institucionalizadas (8); De rua (7); Abrigadas (5)	20 artigos (5,75%)
Crianças e comportamentos ditos desviantes	Problema de Comportamento (3); Agressivas (3); Depressivas (2); Dificuldade de adaptação/interação (2); Antissocial (1); Desatenta (1); Hiperativa (1)	13 artigos (3,75)
Crianças e classe social	Nível socioeconômico baixo (5); Camadas populares (2); Situação de pobreza (2); Classe média (1); Pobreza urbana (1)	11 artigos (3,00)
Crianças vítimas de violência	Doméstica (5); Sexual (3); Maus-tratos (1)	9 artigos (2,55)
Crianças e supostos transtornos (DSM-IV)	TDAH (3); Psicose (2); Transtorno de Identidade de Gênero (1); Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (1); Transtornos psiquiátricos (sem espec.) (1)	8 artigos (2,50)
Crianças em relação com a cidade	Comunidade rural (3); Comunidade indígena(1); Comunidade praiana, indígena e metrópole (1); Imigrantes (1); Periferia (1); Ribeirinhas (1)	8 artigos (2,50)
Crianças e relações familiares	Cuidadores de irmãos com necessidades especiais (1); Filhos de alcoolistas (1); Filhos de mães depressivas (1); Filhos de mães solteiras (1); Filhos de pais separados (1); Órfãs (1)	6 artigos (1,70)
Crianças em relação com o trabalho	Trabalho (4); Trabalho doméstico (1)	5 artigos (1,50)
Outros	História de não colaboração ao tratamento odontológico (2); Relatava ver o espírito da avó (1); Alto nível de ansiedade diante de tratamento odontológico (1); Atraso no desenvolvimento (1); Enlutada (1); Enurese noturna (1)	7 artigos (2,00)
Total		347 artigos/ 100%

Muitos desafios foram encontrados nessa categorização principalmente quanto à utilização de termos imprecisos/vagos. O que define, por exemplo, uma criança com problemas de comportamento? Contudo compreende-se que essas denominações, bem como suas omissões, trazem em seu bojo determinada visão de criança/infância. Vale mencionar também que se optou por manter esses termos da forma como foram referidas pelos autores em seus artigos. Para fins de ilustração, na categoria *crianças em relação com a escola* entende-se que denominações tais como criança com “dificuldade de aprendizagem”, “queixas escolares”, “baixo rendimento acadêmico” e “desempenho escolar pobre” se referem, provavelmente, ao mesmo fenômeno.

Os resultados da tabulação mostram que a categoria com o maior número de trabalho refere-se àquela que denominou-se *Criança-criança*, categoria essa que, sozinha, abrange 32,56% dos artigos. Ela contempla todos os trabalhos nos quais a condição para a participação delas na pesquisa era a de que fossem apenas crianças, sem qualquer outra condição. Um exemplo dessa categoria, o trabalho de Nakano e Primi (2012) “A estrutura fatorial do Teste de Criatividade Figural Infantil” que teve por objetivo investigar evidências de validade de um teste de criatividade. Apesar de os dados dessa pesquisa terem sido coletados em escolas, essa escolha se mostrou atrelada à conveniência: era necessário um número significativo de participantes para a validação do teste e a escola como instituição contempla tal requisito. Contudo vale destacar que as crianças apenas responderam ao teste e nenhum dado referente à escola ou processos educacionais foi coletado. Dessa forma, entende-se que a condição para a participação nessa pesquisa era de que o sujeito fosse criança e apenas isso. Os demais artigos seguiram o mesmo critério de verificação.

Ao observar a totalidade do quadro exposto nota-se que nos 67,45% dos artigos restantes pesquisasse não apenas a criança, mas ela diante de diversas condições. As categorias seguintes em quantidade de artigos publicados são *crianças em relação com a escola e supostos transtornos*, com 87 trabalhos (25,05% do total), *crianças e relações saúde-doença* com 37 artigos (10,65%) e *crianças e deficiências* com 23 trabalhos (6,50%). Enquanto essas categorias apresentam enfoque voltado principalmente a supostas limitações/incapacidades (criança que não aprende, criança doente, criança com alguma deficiência), categorias que abarcam discussões

nevrálgicas sobre a infância brasileira como aquelas contempladas em *crianças e classe social* (3,00%), *crianças vítimas de violência* (2,55%) e *crianças em relação com o trabalho* (1,50%) despontam com quantidades consideravelmente inferiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa revisão, que teve por objetivo compreender o lugar que as crianças ocupam nas pesquisas científicas na psicologia, foram encontrados dados bastante relevantes sintetizados em três principais pontos: 1) Em pouco mais da metade dos artigos em psicologia que fazem menção em seu título a termos relativos à criança/infância, o sujeito da pesquisa é efetivamente a criança; 2) Predomina, nessas pesquisas, a coleta de dados em que o único instrumento utilizado é o teste; 3) Crianças e escola; crianças e processos de saúde/doença e crianças e deficiências são as categorias que congregam o maior número de artigos.

A partir da leitura dessas pesquisas alguns dados inquietantes foram encontrados, principalmente em relação aos dados que os testes fornecem sobre as crianças/infâncias e aquilo que passa a ser aferido a partir deles. É aceitável que esses instrumentos sejam utilizados para afirmar que há uma fenda cognitiva separando crianças das áreas rurais e urbanas? É aceitável utilizar aportes teóricos/práticos da profissão em pesquisas pouco comprometidas com seu sujeito? É aceitável que o psicólogo perpetue práticas que corroborem com toda a gama de preconceitos incrustados desde a população campesina até os moradores de comunidades pobres dos centros urbanos? Essas são algumas questões que foram suscitadas a partir da leitura do material encontrado.

Outro ponto importante de ser problematizado se refere à visão de criança que tem guiado a produção acadêmica dessa área. Provavelmente fruto de uma formação acadêmica em psicologia ainda bastante conservadora e positivista, partindo de parâmetros normativo-burgueses, a criança aparece sem grandes problematizações, como se fosse um dado da natureza. Essa visão destila, ora de forma sutil, ora escancarada, preconceitos contra seguimentos da sociedade tais como moradores de comunidades rurais ou aquelas vítimas da desigualdade social, materializada na pobreza. O histórico da relação criança/psicologiae alguns elementos encontrados nessa revisão de literatura

fundamentam a afirmação de que a psicologia tem uma dívida histórica com as crianças, muito especialmente as crianças em contextos de pobreza.

É importante destacar que não é somente no âmbito da pesquisa que a criança precisa ser ouvida, mas no cotidiano, nas suas relações. O silêncio em torno da questão da infância – acredita-se que testá-la também é uma forma de silenciá-la – certamente traz implicações políticas que se traduzem na sua vida cotidiana, nas visões educacionais, de cidade, de cuidado, dentre outras esferas. Por fim, grifa-se que esta revisão de literatura teve como partida a busca por elementos que permitissem compreender a produção da infância sob os olhos da pesquisa em psicologia; contudo, os resultados apontam que a psicologia tem dito muito pouco sobre a infância. Mudando de perspectiva, ao inverter a questão de “o que a psicologia pode nos falar sobre a infância”, para “o que as pesquisas em infância podem nos dizer sobre a psicologia”, é possível tecer apontamentos. E esses são subsídios para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. & Martinez, A. F. (1997). Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas (pp. 19-38). In I. Rizzini (Org.). *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR/Ministério da Cultura/EDUSU/Amais.
- Alberto, M. F. P. & Santos, D. P. (2011). Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões à luz de Vigotski. *psicologia em Estudo*, 16(2), 209-218. Recuperado em 6 de março de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n2/a04v16n2.pdf>
- Ariès, P. (2012). *História social da criança e da família* (D. Flaksman, trad.). (2ª ed.). Rio de Janeiro: LTC. (Trabalho original publicado em 1960).
- Assis, S. G., Avanci, J. Q. & Oliveira, R. V. C. (2009). Desigualdades socioeconômicas e saúde mental infantil. *Revista de Saúde Pública*, 43 (Supl.1), 92-100. Recuperado em 7 de maio de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43s1/753.pdf>
- Chambouleyron, R. (2013). Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In M. Del Priore (Org.). *História das crianças no Brasil* (Cap. 2, pp. 55-83). São Paulo: Contexto.
- Cruvinel, M. e Boruchovitch, E. (2008). Sintomas depressivos em crianças: estudos com duas versões do CDI. *psicologia: Ciência e Profissão*, 28(3), 574-585. Recuperado em 6 de maio de 2015, de: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43s1/753.pdf>
- Cruz, L.; Hillesheim, B. e Guareschi, N. M. F. (2005). Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *psicologia & Sociedade*, 17(3), 42-49. Recuperado em 7 de maio de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a06v17n3.pdf>
- Degani-Carneiro, F. e Jacó-Vilela, A. M. (2012). O cuidado com a infância e sua importância para a constituição da psicologia no Brasil. *Interamerican Journal of Psychology*, 46, 159-169. Recuperado em 3 de agosto de 2015, de <http://www.redalyc.org/pdf/284/28424858018.pdf>.
- Del Priore, M. (Org.). (2013). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Faleiros, J. M. e Bazon, M. R. (2008). Prevalência de maus-tratos em crianças de 1ª a 4ª série da cidade de Ribeirão Preto-SP. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 18(40), 341-354. Recuperado em 6 de maio de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n40/11.pdf>
- Flores-Mendoza, C. E. e Nascimento, E. (2007). Condição cognitiva de crianças de zona rural. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 24(1), 13-22. Recuperado em 7 de maio de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n1/v24n1a02.pdf>
- Freitas, M. C. (2009). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. e Kuhlmann Jr., M. (2002). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Ática.
- Góes, J. R. e Florentino, M. (2013). Crianças escravas, crianças dos escravos. In M. Del Priore (Org.). *História das crianças no Brasil* (Cap. 6, pp. 177-191). São Paulo: Contexto.
- Kramer, S. (2001). Autoria e autorização: questões éticas nas pesquisas com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 41-59. Recuperado em 15 de agosto de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14398.pdf>.
- Mannes, M. (2015). *A criança em movimento: trabalho, educação e o brincar do campo ao morro*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- Marcílio, M. L. (Org.). (1993). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Loyola.
- Marcílio, M. L. (2000). Fontes para o estudo da criança: períodos colonial e imperial. In I. Rizzini (Org.). *Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República*. Rio de Janeiro: EDUSU.
- Martins, J. S. (1993). Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In J. S. Martins (Org.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil* (2ª ed.). São Paulo, Hucitec.
- Moncorvo Filho, C. A. (1926). *Histórico da proteção à criança no Brasil – 1500-1922*. Rio de Janeiro: Departamento da Criança no Brasil.
- Moura, E. B. (1982). *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes.
- Nakano, T. C. e Primi, R. (2012). A estrutura fatorial do Teste de Criatividade Figural Infantil. *Psic.: Teor. e Pesq.*, 28(3), 275-283. Recuperado em 11 de outubro de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n3/a03v28n3.pdf>.
- Possobon, R. F.; Moraes, A. B. A.; Ambrozano, G. M. B.; Costa Junior, A. L. (2004). O comportamento de crianças em tratamento odontológico: intervenção psicofarmacológica. *Psicol. Estud.*, 9(1), 29-35. Recuperado em 23 de março de 2014, em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n1/v9n1a05.pdf>
- Prado, R. L. (2014). *A participação de crianças em pesquisas brasileiras das ciências sociais e humanas*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ramos, F. P. (2013). A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In M. Del Priore (Org.). *História das crianças no Brasil*. (Cap. 1, pp. 19-54). São Paulo: Contexto.
- Ramos, D. D. e Salomão, N. M. R. (2012). Interação educadora-criança em creches públicas: estilos linguísticos. *psicologia em Estudo*, 17(1), 15-25. Recuperado em 6 de maio de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n1/v17n1a02.pdf>.
- Rizzini, I. (2011). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Sarmiento, M. J. (2002). As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In M. J. Sarmiento e A. B. Cerisara (Orgs.). *Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação* (Cap. 1, p. 9-34). Porto: Edições Asa.
- Rizzini, I. e Pilotti, F. (Orgs.). (2011). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Sawaya, S. M. (2001). A infância na pobreza urbana: linguagem oral e a escrita da história pelas crianças. *psicologia USP*, 12(1), 153-178. Recuperado em 7 de maio de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000100008&lng=en&tlng=pt.
- Schwede, G. e Zanella, A. V. (2013). Olhares de crianças a relevar a polifonia da cidade. *Psico-USF*, 18(3), 395-406. Recuperado em 5 de fevereiro de 2015, em <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v18n3/a06v18n3.pdf>
- Souza, S. J. (2003). Ressignificando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In S. Kramer e M. I. Leite (Orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa* (7ª ed.). Campinas: Papirus.
- Souza, J.; Jeronymo, D. V. Z. e Carvalho, A. M. P. (2005). Maturidade emocional e avaliação comportamental de crianças filhas de alcoolistas. *psicologia em Estudo*, 10(2), 191-199. Recuperado em 7 de maio de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a05.pdf>
- Teixeira, S. R. S. e Alves, J. M. (2008). O contexto das brincadeiras das crianças ribeirinhas da Ilha do Combu. *psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 374-382. Recuperado em 7 de maio de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n3/v21n3a05.pdf>.
- Venancio, R. P. (1999). *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Papirus.
- _____. (2013). Os aprendizes da guerra. In: M. Del Priore (org.). *História das crianças no Brasil* (Cap. 7, pp. 192-209). São Paulo: Contexto.

Mariana Mannes

Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 marianamannes@gmail.com